



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 32/2023, em que é recorrente **Manuel Vaz Tavares** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 159/2023

(Autos de Amparo 32/2023, Manuel Vaz Tavares v. STJ, Inadmissão por não-correção tempestiva de deficiências detetadas na peça de recurso)

I. Relatório

1. O Senhor Manuel Vaz Tavares, não se conformando com o *Acórdão STJ 177/2023*, que, segundo diz, rejeitou recurso ordinário interposto contra confirmação de sentença penal condenatória, veio requerer amparo de direitos de sua titularidade, para tanto articulando a argumentação que se arrola:

1.1. Numa parte intitulada de identificação dos atos, factos, omissões violadores dos direitos, liberdades, garantias do arguido, sustenta que:

1.1.1. Foi condenado na pena de 10 anos e seis meses pela prática de um crime de tráfico de drogas de alto risco pelo Tribunal Judicial da Comarca da Brava, interpôs recurso para o TRS, que concedeu provimento parcial ao pedido, reduzindo a pena para sete anos de prisão efetiva. De novo inconformado, impetrou recurso perante o STJ, órgão este que o terá rejeitado com fundamento em dupla conforme;

1.1.2. O recorrente diz que sempre refutou a prática dos factos de que foi acusado e condenado, dizendo que inexistem provas nos autos para sustentarem a sua condenação por crime de tráfico de alto risco, invocando a seguir o princípio da igualdade, a previsão constitucional de direitos, liberdades e garantias, a natureza do processo penal e o facto

de a Lei Fundamental dizer que estes têm estrutura basicamente acusatória, do que decorreria que uma pessoa só pode ser julgada por um crime precedendo acusação;

1.1.3. A quantidade de drogas apreendida só permitiria qualificar os factos como conducentes a um crime de tráfico de menor gravidade e que se afirmou que o ora recorrente era o chefe, que organizava e transportava as drogas que circulavam pela ilha da Brava, mas não constaria dos autos provas nesse sentido;

1.2. Quanto aos direitos, liberdades e garantias e princípios jurídicos alegadamente violados,

1.2.1. Cita o artigo 17, parágrafo quinto, da Lei Fundamental, para depois dizer que não se levou em conta as declarações do arguido;

1.2.2. Não houve uma “ponderação clara e precisa dos factos, bem como a qualificação jurídica dos mesmos”, levando o Tribunal a aplicar uma pena desproporcional, pena esta que deveria ter sido suspensa, já que os pressupostos da mesma estariam presentes, sendo advertência suficiente para o recorrente abster-se da prática deste tipo de crimes;

1.2.3. Por conseguinte, a não suspensão da pena seria “excessiva, extremada e desnecessária, por isso não deveria ser mantida a decisão recorrida”, favorecendo a socialização do arguido;

1.2.4. Ele seria um jovem, com dois filhos, família formada. Daí pedir uma oportunidade para retomar a sua vida.

1.3. Finaliza,

1.3.1. Apresentando um resumo do que disse anteriormente;

1.3.2. Conclui, de relevante dizendo que “o que se pretende e requer com o presente recurso” seria a intervenção do Tribunal Constitucional, “em sede de concretização da pena, ou melhor, de controlo de proporcionalidade no respeitante à fixação concreta da pena aplicável ao recorrente, um jovem primário que se encontra inconformado com a pena em que foi condenado”;

1.3.3. E pede que o seu recurso seja admitido, julgado procedente e concedido o amparo constitucional.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão do parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. O Ministério Público não disporia de condições para se pronunciar sobre a admissibilidade ou rejeição do recurso em razão de total ausência de documentos juntados com a PI.

2.2. O recorrente não referiu quando é que foi notificado do Acórdão e nem juntou aos autos as alegações do recurso apresentado, o certificado de notificação ou qualquer outro documento suscetível de verificação dos pressupostos de admissibilidade do presente recurso, “quanto sejam a legitimidade do recorrente, a tempestividade do recurso, se o recorrente invocou de forma expressa e formalmente no processo as alegadas violações logo que dela tenha tido conhecimento e se requereu sua reparação e tão pouco se foram esgotados todos os meios ordinários de defesa dos direitos, liberdades e garantias estabelecidos na respetiva lei de processo”.

2.3. Além disso, diz que a petição nem permite alcançar quais os direitos, liberdades ou garantias constitucionais que o recorrente assevera terem sido violados, “afigurando-se a petição como se de mais um recurso ordinário se tratasse”.

2.4. Conclui dizendo que “face à total ausência de elementos para o efeito” não logrará oferecer o seu pronunciamento sobre a admissibilidade ou rejeição do recurso, “conforme ordenando pelo artigo 12º da Lei do Amparo, sem prejuízo de, caso se reputar necessário, o fazer após a junção dos documentos referidos nos termos do artigo 8º, n.º 3, da [L]ei do [A]mparo”.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 12 de setembro de 2023, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juizes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, lavrando-se no *Acórdão 156/2023, de 12 de setembro, Aperfeiçoamento por obscuridade na determinação das condutas impugnadas; por Ausência de Indicação de Amparo Concreto Pretendido; por Imprecisão na Definição dos Direitos Violados; e por*

Falta Absoluta de Junção de Documentos Essenciais à Aferição de Admissibilidade do Pedido, não-publicado, disponível em <https://www.tribunalconstitucional.cv/index.php/ultimas-decisoes/>, a necessidade de aperfeiçoamento do recurso em razão da sua obscuridade e deficiente instrução.

3.1. No essencial, decidiu-se, ao abrigo do artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, determinar a notificação do recorrente para, sem a necessidade de reproduzir toda a peça: “a) Indicar de forma clara e precisa o(s) direito(s), liberdade(s) ou garantia(s) que considera terem sido violados pela conduta impugnada, bem como o(s) amparo(s) específico(s) que pretende obter para a sua reparação; b) Carrear para os autos, o aresto recorrido, bem como o acórdão do TRS e a sentença condenatória a que se refere na sua peça; c) Juntar ao processo todos os recursos ordinários que interpôs, bem como qualquer incidente pré e pós-decisório que tenha protocolado junto aos tribunais judiciais mencionados para a proteção dos seus direitos; d) Traga ao conhecimento deste Tribunal a certidão de notificação do acórdão recorrido ou qualquer documento oficial que permita verificar a data em que acedeu ao conteúdo dessa decisão judicial”.

3.2. Disso o recorrente foi notificado no dia 12 de setembro.

3.3. Dois dias depois, protocolou junto à Secretaria do TC uma peça de duas páginas tendente, pela forma como indica, a identificar de forma clara os direitos, liberdades e garantias violados pela conduta impugnada e os amparos específicos que pretende obter, e juntou um conjunto de documentos e duplicados legais, a saber: uma sentença do TJ da Brava, um recurso dirigido ao TRS, o Acórdão 14/2023 deste órgão judicial; um recurso dirigido ao STJ, bem como uma mensagem eletrónica de notificação da decisão impugnada antecedida da mesma.

4. Conforme determinado pelo acórdão de aperfeiçoamento foram os autos para novo parecer do MP, o qual, subscrito pelo Exmo. Senhor Procurador Geral da República, ofereceu argumentação no sentido de que:

4.1. Apesar de o recorrente estar provido de legitimidade,

4.2. A peça não cumpriria os requisitos legais do recurso de amparo, posto que:

4.2.1. Primeiro, parece enquadrar a motivação do seu recurso na sua discordância com as decisões dos tribunais judiciais querendo que o Tribunal Constitucional intervenha para controlar a proporcionalidade da medida da pena;

4.2.2. Segundo, mesmo depois de ter sido instado a precisar os direitos, liberdades e garantias violados e os amparos que pretendia obter não terá logrado concretizar as alegadas violações e tão pouco especificar o amparo que demanda;

4.2.3. Não podendo o recurso de amparo constituir-se em mais uma instância de recurso ordinário, é de parecer que o recurso de amparo não podia ser admitido.

5. Marcada sessão final de julgamento para o dia 9 de outubro, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim*

Oficial, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina

Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”.

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios-constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer

os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão nº 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de

parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

3. Na presente situação, apesar de ter apresentado o requerimento recursal na secretaria do Tribunal Constitucional, era notório que a peça não cumpria na sua plenitude a forma prevista na lei, tendo em conta que o recorrente deixara de entregar documentos decisivos para a apreciação da admissibilidade do seu recurso e a sua peça manifestava deficiências evidentes em relação à definição dos direitos, liberdades e garantias violados, determinantes para se verificar a fundamentalidade da questão, e a identificação do amparos que pretendia obter.

3.1. Lavrando-se no *Acórdão 156/2023, de 12 de setembro, Aperfeiçoamento por obscuridade na determinação das condutas impugnadas; por Ausência de Indicação de Amparo Concreto Pretendido; por Imprecisão na Definição dos Direitos Violados; e por Falta Absoluta de Junção de Documentos Essenciais à Aferição de Admissibilidade do Pedido*, não-publicado, disponível na página do Tribunal Constitucional, <https://www.tribunalconstitucional.cv/index.php/ultimas-decisoes/>, a necessidade de aperfeiçoamento do recurso em razão da sua obscuridade e deficiente instrução.

3.2. No essencial, decidiu-se, ao abrigo do artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, determinar a notificação do recorrente para, sem a necessidade de reproduzir toda a peça: “a) Indicar de forma clara e precisa o(s) direito(s), liberdade(s) ou garantia(s) que considera terem sido violados pela conduta impugnada, bem como o(s) amparo(s) específico(s) que pretende obter para a sua reparação; b) Carrear para os autos, o aresto recorrido, bem como o acórdão do TRS e a sentença condenatória a que se refere na sua peça; c) Juntar ao processo todos os recursos ordinários que interpôs, bem como qualquer incidente pré e pós-decisório que tenha protocolado junto aos tribunais judiciais mencionados para a proteção dos seus direitos; d) Traga ao conhecimento deste Tribunal a certidão de notificação do acórdão recorrido ou qualquer documento oficial que permita verificar a data em que acedeu ao conteúdo dessa decisão judicial”.

4. A admissibilidade de um aperfeiçoamento determinado pelo Tribunal Constitucional em acórdão de aperfeiçoamento tirado em sede de recurso de amparo depende de, primeiro, a peça protocolada por um recorrente entrar dentro do prazo previsto pelo artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*; segundo, de corresponder às injunções feitas pelo aresto. O que se verifica é que essas determinações legais e judiciais não foram parcialmente cumpridas, neste caso de modo irremediável.

4.1. Sendo verdade que o recorrente cumpriu o prazo de correção do seu recurso determinado pela lei, na medida em que tendo sido notificado do *Acórdão 156/2023, de 12 de setembro*, nesse exato dia, protocolou a peça de aperfeiçoamento e juntou os documentos nele determinados dois dias depois, portanto ainda oportunamente;

4.2. Quando às injunções de aperfeiçoamento do recurso, se

4.2.1. Por um lado, pode-se dizer que juntou todos os documentos identificados no acórdão de aperfeiçoamento;

4.2.2. Do outro, o mesmo não pode ser dito do cumprimento das imposições de correção feitas pelo Tribunal quanto à clareza da petição inicial que padecia de obscuridade em relação ao(s) direitos, liberdades e garantias que considera terem sido violados e em relação ao(s) amparo(s) que pretendia obter deste Tribunal;

4.2.3. Quanto aos direitos, remete para o artigo 35 da CRCV, o qual reúne um conjunto diversificado de princípios objetivos e de garantias em matéria de processo penal, citando-se expressamente o parágrafo que dispõe a respeito da estrutura basicamente acusatória do processo, para dizer que a acusação seria condição e limite do julgamento; mais à frente clama pela fundamentalidade “desses direitos”, sem que o Tribunal entenda quais são. E pela simples razão de que não foram de todo identificados;

4.2.4. Sobre o amparo que pretende obter também nada disse;

4.2.5. De resto, a sua peça de aperfeiçoamento além de não clarificar os direitos, liberdades e garantias alegadamente violados e os amparos que almeja obter, comparativamente ao que tinha desenvolvido na sua petição inicial, deixa ainda mais confuso o objeto da sua impugnação. De tal sorte que nesta fase já o Tribunal Constitucional não consegue saber se se insurge contra suposta condenação por factos

que não constariam da acusação ou alternativamente por não se ter deduzido acusação pública; se pretendia que a determinação da culpa ou a medida da pena fixados pelos tribunais judiciais fossem sindicadas; ou, se, alternativamente, o fulcro da imputação de violação de direitos teria que ver com a não admissão do recurso que dirigiu ao Egrégio STJ.

5. Com o devido respeito, não se consegue entender nem o que visa obter, nem o que efetivamente pretende impugnar,

5.1. Parecendo materializar-se a suspeita do MP no sentido de que não está efetivamente a pedir a sindicância por violação de um direito, liberdade e garantia de sua titularidade por uma conduta do MP.

5.2. Antes, estar-se-ia perante uma tentativa desesperada e incoerente de promover a intervenção do Tribunal Constitucional como se fosse um tribunal de recurso ordinário, como diz na sua petição inicial, “em sede de concretização da pena, ou melhor do controlo de proporcionalidade no respeitante à fixação concreta da pena aplicada ao recorrente”, a fim de lhe dar a “oportunidade de retomar a sua vida” reproduzindo, de resto, em larga medida, a mesma peça que dirigiu ao STJ, quando este órgão sequer se pronunciou sobre a culpa ou a medida da pena.

5.3. Pela simples razão de que não conheceu o mérito do seu recurso, fundamentando a decisão de irrecorribilidade do aresto do TRS na existência de situação de dupla-conforme. Por conseguinte, a haver alguma conduta a impugnar seria esta e não qualquer outra que envolvesse a determinação da culpa ou a medida da pena ou questões referentes à acusação, dependendo a sua admissão de um pedido de reparação, o que decididamente não se protocolou.

6. Pelo exposto, esta Corte Constitucional só pode concluir que o recorrente não aperfeiçoou o recurso, expondo o seu autor às consequências previstas pelo artigo 16, parágrafo primeiro, alínea b), e pelo artigo 16, parágrafo segundo, ambos da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, conducentes à inadmissão do recurso.

7. Neste sentido, o recurso não é admitido por não-correção de insuficiências detetadas na peça de recurso.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 16 de outubro de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 16 de outubro 2023.

O Secretário,

João Borges